



Fundadores da Fenajufe são homenageados
Pág. 02

8º Congrejufe faz história e desfila a federação da CUT
Pág. 04



Festa da Tainha na Barraca de Praia do Sintrajud, em Santos- Pág. 02

Jornal do Judiciário

Quarta-feira, 05 de junho de 2013
JJ476 - 12.300 exemplares



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP Gestão: Unidade e Luta 2011/2014 Tel.: (11) 3222-5833

- ⇒ Sintrajud inicia devolução do Imposto Sindical na segunda quinzena de junho
Pág. 08
- ⇒ Ordem de serviço na Justiça Federal traz insegurança a servidores em licença
Pág. 03
- ⇒ Entrevista: 'A crise econômica reforça a necessidade e a relevância dos direitos sociais', afirma Souto Maior
Pág. 06

Portaria conjunta dos tribunais superiores mantém distorções de reenquadramento na carreira

Lei 12.744/2012, que trouxe o reajuste de 5%, quebrou isonomia de ascensão na carreira judiciária

Em 22 de maio, os tribunais superiores publicaram a Portaria Conjunta nº 01, que mantém a distorção na carreira judiciária criada com a Lei 12.744/12. A portaria é assinada por todos tribunais superiores e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Aprovada em dezembro de 2012, a Lei 12.744/12 - que traz os 5% de reajuste salarial por ano até 2015- acabou quebrando a isonomia dentro da carreira judiciária.

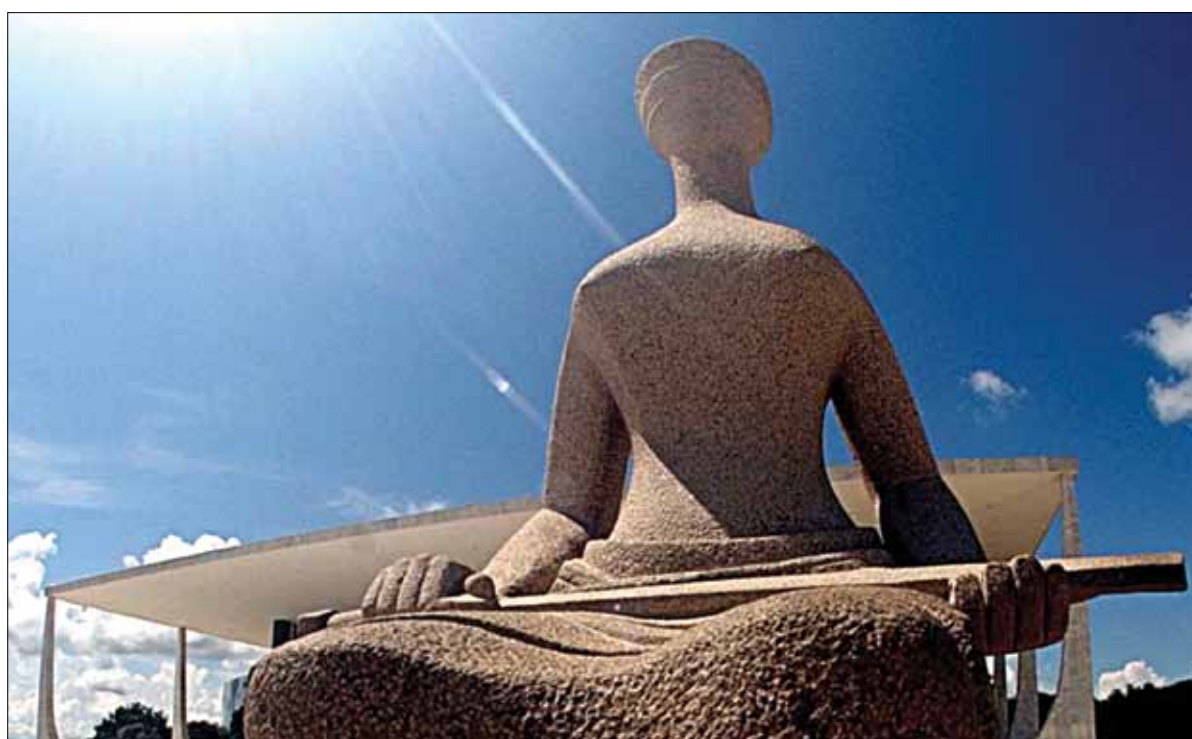
Ao reduzir o número de padrões de 15 para 13, a lei criou a seguinte situação: quem já estava no judiciário antes dela levará 15 anos para chegar ao topo da carreira, quem ingressou depois da lei levará 13 anos. Tal situação também trará reflexos previdenciários, uma vez que o atual A1 terá média remuneratória maior do que seus pares mais antigos.

Para quem está na base da carreira, a situação estava mais distorcida. A Lei 12.744/2012 levou todos que estavam nos padrões A1 e A2 para o padrão A3, que passou a ser A1. Assim, servidores com mais tempo acabaram ficando na mesma posição de colegas com menos tempo no cargo. E a depender do mês de ingresso no Judiciário, por exemplo, um servidor com um ano de casa poderia passar na frente de um colega que está na justiça há três anos. Tal distorção foi amenizada pela portaria conjunta, que altera para 31/12 a data de referência para efeito de progressão. O ato, entretanto não contempla o reivindicado pela categoria.

O departamento jurídico do Sintrajud está estudando os impactos da portaria e avaliando as medidas que podem ser adotadas para que os servidores não sejam prejudicados.

Outras definições da portaria conjunta

Para fins de estágio probatório e estabilidade, a portaria mantém a "data de exercício inicial nos cargos". Ela também resguarda as horas de treinamento, para a promoção seguinte, aos servidores que já haviam cumprido o requisito, mas que foram reposicionados em classe distinta daquela ocupada anteriormente.



Sintrajud requereu reenquadramento para garantir isonomia na carreira

A portaria conjunta não contempla a reivindicação feita pelo Sintrajud para que a isonomia (de ascensão e nos cálculos previdenciários) fosse garantida. Na argumentação do sindicato seria necessária uma adaptação da Lei 12.744/2012, que pode ser feita administrativamente.

Protocolizado em 06 de março junto aos tribunais e conselhos superiores, o recurso administrativo pede o reenquadramento dos servidores "com classificação de A3 até C13, em dois padrões acima (com mudança de classe quando necessário)". Ou, sucessivamente, instituir rubrica individual administrativa equivalente à diferença remuneratória correspondente.

Para os servidores que estavam no padrão A2 da lei antiga, o Sintrajud requer o reenquadramento "em um padrão acima (com mudança de classe quando necessário), ou

sucessivamente, instituir rubrica individual administrativa equivalente à diferença remuneratória correspondente".

Já para os que estão na classe padrão C13 da lei 12.774/2012, o sindicato requer que seja instituída "rubrica individual administrativa equivalente à diferença de vencimento entre o C13 e o C11 da nova tabela".

E para os servidores "de classe/ padrão C12 da lei de 2012, o Sintrajud requer o reenquadramento em um padrão acima (C13), com instituição de rubrica individual administrativa equivalente à diferença de vencimento entre C13 e o C12 da nova tabela ou, sucessivamente, instituição de rubrica individual administrativa equivalente à diferença remuneratória correspondente".

Junto à Fenajufe, o Sintrajud está estudando as medidas cabíveis para esta situação.

Fundadores da federação são homenageados no 8º Congrejufe

Servidores de São Paulo, que ajudaram a construir o Sintrajud, foram homenageados



26.04.13 - Emoção na homenagem aos fundadores da Fenajufe

Não faltou emoção na homenagem prestada pela Fenajufe às mulheres e homens que ajudaram fundar a federação, em 1992. A homenagem aconteceu no primeiro dia do congresso e muitos que estavam no plenário do 8º Congrejufe se encheram de boas lembranças ao assistirem o documentário resgatando esses 20 anos de história de luta. Já os mais novos, tiveram a oportunidade de conhecer a trajetória da federação a partir da voz daqueles que a fizeram.

O documentário foi realizado pelo departamento de imprensa da Fenajufe, sob a coordenação do diretor Jean Loiola. Ao plenário, ele disse que o vídeo de 40 minutos não abrangeria toda a pluralidade existente dentro da entidade, mas que pretendia representar esses 20 anos de história.

Servidores de SP são homenageados

Após a exibição do vídeo, foram convidados à mesa os antigos dirigentes da Fenajufe. Com sua habitual gentileza, Démerson Dias, servidor do TRE-SP e também fundador do Sintrajud, os chamou de “reliquias”.

“Não podemos deixar de olhar para frente, mas recuperando algumas coisas que ficaram pelo caminho”, refletiu. Ele disse que os sindicatos têm um papel muito importante no processo resgatar a história do país, inclusive dos crimes cometidos pela Ditadura Militar (1964-1985). “(Hoje, existe) uma comissão da verdade, enquanto temos a Justiça Militar nas nossas bases”, destacou.

No que toca as lutas da categoria, Démerson ressaltou que “o neolibe-

ralismo continua”, e o Poder Judiciário está inserido nesse contexto. “O documento 319 (do Banco Mundial) está muito atual”, disse, pontuando que a categoria deve estar atenta a isso, sendo necessários debates profundos sobre o tema.

Também fundador da federação e do Sintrajud, Neemias Freire, da JT/ Barra Funda, estava bastante emocionado e não deixou de verbalizar esse sentimento quando falou ao plenário: “É emocionante participar (da homenagem) 20 anos depois de 1992, com outros fundadores da Fenajufe”.

Embora hoje não esteja atuando como dirigente sindical, Neemias destacou que é preciso lutar sempre. “Somos meros passageiros do mesmo barco, estou no judiciário há 35 anos, ainda na militância. Essa é uma luta que nunca termina”, disse.

Citando o escritor uruguaio Eduardo Galeano, Neemias disse que a utopia é a linha no horizonte que se distancia na mesma medida em que nos aproximamos dela, “mas é ela que nos faz caminhar”.

Também foi homenageada a servidora aposentada do TRT Lygia Porto, que defendeu a igualdade de gênero na direção da entidade.

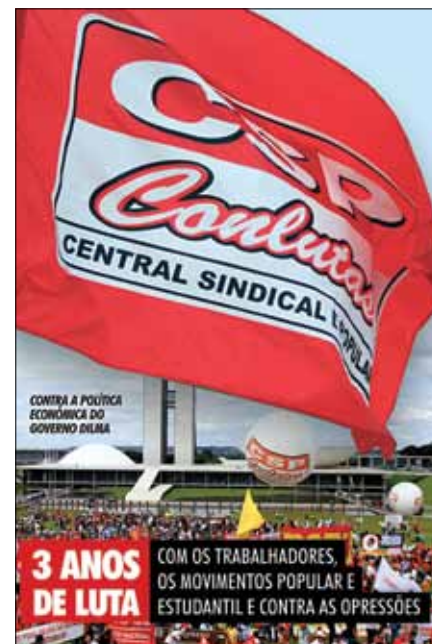
História da Fenajufe é tema de dissertação

Hoje trabalhador do Poder Executivo, Carlos Matos foi servidor do Judiciário em São Paulo e também fundador da federação. Ele levou a história da Fenajufe para a sua dissertação de mestrado, defendida na Unicamp. Com o título “A Fenajufe e seus sindicatos: a CUT no Poder Judiciário e no Ministério Público da União”, o trabalho aborda a luta pela unificação dos sindicatos e das federações.

CSP-Conlutas completa três anos

Já se vão três anos desde a fundação da CSP-Conlutas, no Congresso de Santos, em junho de 2010. Parece que passou mais tempo, dada a quantidade e a intensidade das lutas e iniciativas que aconteceram desde então. A CSP-Conlutas se consolida e se fortalece no enfrentamento às políticas patronais, do governo Dilma, governos estaduais e municipais, aliados dos empresários, do agronegócio e dos banqueiros.

Depois da vitoriosa marcha de 24 de abril, a CSP-Conlutas orienta suas entidades filiadas a realizarem ações nos estados no próximo dia 12 de junho, quando acontece um dia de luta dos servidores públicos federais, que têm como bandeira a anulação da



reforma da previdência de 2003, comprada com o mensalão.

Domingo, dia 09, tem Tainha na Brasa, na tradicional Barraca de Praia do Sintrajud, em Santos

Almoço começa às 12h. Convites limitados; reserve já o seu.



A tradicional barraca de praia do Sintrajud está voltando, e em grande estilo. A partir das 12 horas de domingo, dia 09 de junho, venha saborear uma tainha na brasa, arroz à grega, salpicão, farofa tropical e sobremesa. As bebidas serão a parte.

Os convites são limitados, e as reservas devem ser feitas até 07 de junho, sexta-feira, com o diretor de base do seu fórum ou na subsede, pelo telefone (13) 3238-3807. Para participar, o sócio pagará R\$ 20,00. O não sócio, R\$ 25,00.

A Barraca de Praia do Sintrajud fica na Praia da Aparecida, próximo ao canal 06 e à Escolástica Rosa, em Santos. “Estamos retomando um calendário de atividades da subsede Santos”, explica Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud e da Fenajufe, ao convidar os servidores a participarem.

Ele explica que a intenção é construir um espaço de convivência para

que os servidores possam compartilhar experiências de vida, além do cotidiano do trabalho.

Adilson ainda diz que o calendário de atividades prevê um ciclo de palestras, que começará com o “direito à aposentadoria”. Os detalhes da palestra ainda estão sendo definidos, por isso fique atento ao site e jornal do Sintrajud. Programe-se e participe!

Serviço: II Festa da Tainha da Barraca de Praia do Sintrajud

Quando: dia 09 de Junho (domingo) – a partir das 12 horas

Local: na Barraca de praia do Sintrajud, Praia da Aparecida, próximo ao canal 06 e à Escolástica Rosa.

Cardápio: Tainha na brasa, arroz à grega, salpicão, farofa tropical e sobremesa; Bebidas a parte.

Convites limitados; faça já a sua reserva!

Ordem de serviço na Justiça Federal traz insegurança a servidores em licença

Qualquer servidor da Justiça Federal de 1ª instância que tirar qualquer tipo de licença (médica, maternidade, interesse, capacitação etc.) poderá ser colocado à disposição da administração. Esse é o conteúdo, implícito, de uma recente ordem de serviço assinada pelo diretor do foro, Paulo Cesar Conrado.

Publicada no começo de maio, a ordem de serviço nº 05/2013 revoga o artigo 5º da ordem de serviço 03 de junho do ano passado. Esse artigo proibia expressamente que um servidor fosse colocado à disposição em caso de licenças.

“Em vez de assegurar melhores condições de trabalho para que servidores e magistrados cumpram bem as suas funções, de forma apressada ele [Paulo Cesar Conrado] está atacando direitos básicos dos servidores”, afirma Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud e da Fenajufe. Paulo Cesar Conrado assumiu a diretoria do foro em 1º de abril.

Servidor da Justiça Federal em Santos, Adilson argumenta que existem vários e sérios problemas na 1ª instância que merecem atenção imediata da administração. Ele destaca: “as más condições de trabalho, a piora significativa do plano médico, o excesso de trabalho e a falta de servidores”.

Resolver os problemas existentes, não criar novos

Até o momento, por exemplo, o juiz Paulo Cesar Conrado não anunciou medidas concretas para reformar o prédio que abriga os fóruns criminal e previdenciário na capital. Lá, em oito andares, há balcões e portas que estão energizados. Nas varas do 1º ao 6º andar, as fiações elétricas correm por baixo do carpete. O duto do ar condicionado nunca

foi limpo e o sistema de refrigeração não funciona. As janelas não podem ser abertas, uma vez que “os vidros estão caindo”. Há uma rachadura no reservatório de água, impedindo que ele seja completado, pois a água transborda causando goteiras nos andares superiores. Isso causa falta de água em vários banheiros.

Além disso, no final de abril, no interior, o valor do convênio médico foi reajustado em 6% para servidores e magistrados, e em 10% para os agregados. “É um rebaixamento salarial indireto”, disse Adilson Rodrigues na época. Junto ao pesado reajuste, os servidores sentem a piora nos serviços oferecidos pelo Pró-Social. Para este problema, o novo diretor do foro também não ofereceu nenhuma solução.

Tapar buraco

Com o quadro funcional defasado e o crescimento das cobranças pelo cumprimento de metas, impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o servidor se vê num ambiente de muita pressão. Essa é a opinião de Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud e do Fórum das Execuções Fiscais.

Diante deste cenário, argumenta Angélica, a diretoria do foro estaria criando um mecanismo para preencher a vaga do servidor que tirar licença. “A ‘solução’ encontrada pela diretoria do foro para suprir a falta de servidores é a transferência aleatória”, argumenta.

A ordem de serviço, na opinião de Angélica, cria um ambiente de insegurança para os servidores que estão afastados e para aqueles que precisam tirar alguma licença. “A pessoa que se afasta não vai saber onde irá trabalhar quando voltar, isso gera muita insegurança”, diz.

“No limite”, continua Angélica, “o



servidor pode ser transferido para qualquer cidade do estado. E como uma pessoa pode se tratar de forma tranquila, de uma doença grave, por exemplo, sabendo que pode ser transferida ao retornar ao trabalho?”, questiona.

Uma das possíveis consequências dessa portaria é que o servidor passe a trabalhar doente. “É isso que está sendo imposto por essa portaria”, argumenta.

Mais um ataque

Logo que assumiu a diretoria do foro, o Jornal do Judiciário, órgão oficial do Sintrajud, publicou um editorial onde descrevia as medidas antissindicais já praticadas pelo juiz Paulo Cesar Conrado. O texto ainda alertava que o cargo de diretor do foro exige um perfil democrático e aberto ao diálogo com os representantes da categoria.

A recente medida da diretoria do foro parece sustentar as preocupações registradas naquele texto. “Vamos na ordem de serviço mais um

ato de desrespeito à categoria”, avalia Adilson Rodrigues. Para ele, a julgar pelo histórico, “muitos outros servidores podem estar sendo desrespeitados. É fundamental que esses casos sejam denunciados, para que possamos dar o tratamento adequado”, diz, ressaltando que a categoria deve entrar em contato com o sindicato para fazer esses relatos.

Ele ainda ressalta que o Sintrajud está retomando a pauta de reivindicações da JF, para levar as demandas mais urgentes da categoria à diretoria do foro. Entre as reivindicações está a revogação imediata dessa ordem de serviço, que pode ferir inclusive a liberdade sindical.

“O bom senso e o respeito devem nortear a administração pública. Vamos levar essa cobrança [revogação da ordem de serviço] aonde quer que seja, pois com direitos não se tergiversa”, conclui Adilson.

O Sintrajud está preparando a medida cabível e já solicitou audiência com o magistrado para tratar do tema.

Sintrajud requereu que JF amplie prazo para inscrição em remoção/ relotação

Servidores foram surpreendidos com e-mail, enviado no final do expediente, abrindo prazo de 24 horas para manifestação de interesse em mudar de subseção

O Sintrajud está requerendo que a diretoria do foro amplie em 30 dias o prazo para inscrição em remoção/ relotação ao interior. O requerimento administrativo foi protocolizado em 21 de maio.

Servidores da Justiça Federal foram surpreendidos ao abrirem suas caixas de email na segunda-feira, 20 de maio. Uma mensagem da diretoria do foro anunciava que a JF iria convocar servidores apro-

vados em concursos do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da 15ª Região trabalhista (TRT-15) para assumirem os cargos na JF.

Atualmente não há concurso aberto na Justiça Federal.

Enviado no final do expediente de sexta-feira, 17 de maio, o comunicado explicava que para não haver “indevida subtração de oportunidade de movimentação”, a diretoria do foro estava abrindo

um prazo para que os servidores já atuantes da JF pedissem remoção/ relotação.

Ocorre que o prazo para a manifestação era inferior a 24 horas. No comunicado, a diretoria do foro estipulou como data limite para solicitação de remoção a segunda-feira seguinte, dia 20. Além disso, não constavam no email sequer as subseções onde haveria vagas.

O Sintrajud requereu prorrogação do prazo para que todos servidores da 1ª da JF possam participar da remoção: “muitos servidores estão em gozo de férias ou afastados por licença médica, não sendo oportunizado a estes o direito de requerer eventual relotação para outra subseção judiciária, o que fere de morte o princípio da isonomia”, pontua um trecho do requerimento.

8º Congrejufe faz história e desfilia a federação da CUT

Servidores aprovam a desfiliação da central ligada ao governo e defendem a autonomia e a independência da atuação sindical em defesa dos trabalhadores

Por Helcio Duarte Filho

O relógio marcava nove horas e 35 minutos da noite de 29 de abril de 2013 quando a maioria do plenário do 8º Congrejufe explodiu em festa ao ver anunciada a contagem final da votação: por 269 votos a 206, os delegados ao Congresso da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU, representando 31 sindicatos estaduais, aprovavam desfiliar a entidade da CUT. Dali em diante, quem permaneceu no plenário do congresso, que transcorreu num hotel isolado em Caeté, cercado pelas montanhas das Minas Gerais, participou e assistiu a uma daquelas cenas que só ocorrem em momentos de grande emoção, como na virada do ano ou nas conquistas marcadas pela percepção de que se está fazendo história. Houve festa. Abraços apertados. Muito papel picado voando pelos ares na área ocupada pelos servidores que reivindicam o movimento LutaFenajufe, de oposição à atual direção – papel, aliás, ao final devidamente recolhido em sacos pelos próprios servidores. A Fenajufe estava fora da CUT. O setor ligado ao governo não conseguiu manter a federação filiada à que é hoje a mais governista das centrais do Brasil.

'Sabor de vitória'

Todos os depoimentos eram carregados de emoção. “É cansaço e emoção, não esmorecemos, identificamos que a CUT era braço do governo no movimento sindical, é com o sabor desta vitória que eu encerro meu mandato na Fenajufe”, resumiu Antonio Melquíades, da JF de São Paulo e então diretor da federação, sem deixar de destacar a necessidade de retomar a luta da categoria para superar o rebaixado reajuste salarial imposto pelo governo à categoria. “É um momento de intensa alegria após dez anos de peleguismo dentro da CUT. A CUT vendeu os [direitos dos] trabalhadores para atender aos interesses do capital, fez isso na reforma da Previdência, faz isso no caso do ‘mensalão’”, disse Fagner Xavier, da delegação do Rio Grande do Sul. “Depois de dez anos, uma vitória para recolocar a Fenajufe nas lutas da categoria”, resumiu Acácio Aguiar, ex-dirigente do Sisejufe-RJ, um dos seis sindicatos da federação que permanecem filiados à CUT. “Votamos contra a permanência em virtude da vontade da base da categoria no Rio de se desfiliar da CUT, é um obstáculo que está vencido, agora temos que levar essa



24.04.13 - Festa no plenário do 8º Congrejufe após resultado da votação

decisão para lá”, disse, referindo-se à campanha pela desfiliação no sindicato carioca. A burocratização da central, a sua estreita ligação com o governo ao ponto de formular propostas, como o Acordo Coletivo Especial, que atendem às vontades do Planalto e não a dos trabalhadores, foi ressaltada por Saulo Arcangeli, diretor da Fenajufe, ao defender a proposta de desfiliação da tribuna. “Houve uma grande burocratização da central e uma [busca] por cargos. O vice-presidente da CUT é assessor da Dilma na Presidência”, disse, referindo-se a José Lopes Feijóo, que por vezes chega a ser o ‘negociador’ do governo com as centrais.

Conclusão de um ciclo

A servidora Madalena Nunes, dirigente do sindicato do Piauí e eleita coordenadora da Fenajufe, recordou a história da CUT – de

“lutas maravilhosas” – e lamentou o caráter atual da central que ajudara a construir. “Vamos ter que retomar essa construção agora, vamos corrigir os erros, não vamos permitir que as nossas construções e as nossas organizações se desviem do caminho das lutas dos trabalhadores”, disse. “Estamos concluindo um ciclo na organização da categoria, foi um longo processo de cobrança e denúncia para que esta central, que teve na origem uma história muito bonita, cumprisse o papel histórico a que se propôs”, disse Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud-SP e eleito diretor da federação. “Mas é tempo de concluir o processo, superando o velho e fazendo germinar o novo”, defendeu.

Ao fazer, da tribuna, a defesa da desfiliação, Dalmo Duarte, da dire-

ção do Sintrajud, recordou a fundação da central, no início da década de 1980. “Eu lembro que naquele congresso a CUT representava o que tinha de mais bonito neste país, a CUT que era perseguida pelos militares e pela patronal. Mas eu faço esta [defesa] hoje porque aquela CUT não existe mais”, disse. “Todos nós aqui fizemos muitas greves, é uma história de luta. Sair desta CUT é fortalecer a nossa categoria e reconstruir a unidade”, sintetizou. Ao também fazer a defesa da proposta, Pedro Aparecido, diretor da Fenajufe e do MT, assinalou a relevância do momento. “Hoje nós estamos fazendo história viva para nossa categoria”, disse. “Quarta-feira é 1º de maio, dia do trabalhador, quis o destino que nós estivéssemos aqui, em Minas Gerais, terra de Tiradentes, para dizer: liberdade! Fora CUT”, registrou.

FALA SERVIDOR - Delegados ao Congrejufe



“Foi muito emocionante passar o meu aniversário no 8º Congrejufe. Participar da desfiliação da Fenajufe da CUT foi o maior presente que recebi em toda minha vida”,

Ronaldo Barbuy, oficial de Justiça de São Paulo, que também defendeu a aposentadoria especial ao segmento.



“A gente sempre acredita no trabalho do grupo, que vem trabalhando há anos. Tem sido uma batalha difícil, fazer uma composição política para trilhar de forma correta o melhor para a categoria. Acho que fruto desse trabalho voltamos para São Paulo com a bandeira da vitória na mão”,

Zé Luiz Santana, JT/Barra Funda



“Foi uma vitória com um placar emocionante. Graças à união de quem está ao lado do trabalhador, a gente conseguiu tirar a central pelega. Já participei de quatro congressos e este é o melhor deles. Aqui começamos as vitórias da categoria”,

Renato Ribeiro, TRE.



“Já defendia a saída da CUT. O sentimento é de alívio, já que agora a categoria pode discutir qual caminho vai seguir. Vejo o CSP-Conlutas como melhor opção. Próximo passo é discutir com a categoria no que se refere a nossa unificação com as outras entidades de servidores federais”,

Ivo Oliveira Farias, oficial de justiça da JT.



“A decisão é a vontade da base da categoria. Em São Paulo não tem um local de trabalho que você passa que não reivindica a saída da CUT. Sempre ouvi isso desde que entrei no judiciário, em 2009”,

Marta Raiher, JF.



“Não sei como me expressar. São três congressos nessa luta e vencemos com uma diferença imensa. Isso mostra que a categoria está consciente de que a CUT é braço do governo, que está sacrificando a classe. Fico feliz em perceber a consciência da categoria. Sou fundadora da CUT e lamento muito perceber que ela não é mais um instrumento da classe. Foi muito importante criar a CUT, como é importante sair dela agora”,

Cleide Navas, servidora aposentada do TRF-3.

Joca Duarte

Setores não ligados ao governo e à CUT crescem e são 50% da direção da Fenajufe

Defendendo a federação autônoma frente a governos, LutaFenajufe empata como chapa mais votada no congresso dos servidores do Judiciário Federal e do MPU

Os setores que não apóiam ou participam do governo Dilma Rousseff (PT) aumentaram o peso que têm na direção da Fenajufe. No 8º Congrejufe, a aliança de servidores militantes do PT e PCdoB, da base governista, viu seu amplo domínio na direção da federação despencar e, embora sigam com dois dos três coordenadores-gerais, por muito pouco não se tornaram minoria.

Na eleição da direção que coordenará a entidade nos próximos três anos, ocorrida no último dia do congresso, a Chapa 2 - LutaFenajufe, de oposição aos setores governistas, foi a mais votada, ao lado da Chapa 1 - ambas fizeram 159 votos e elegeram seis diretores efetivos e dois suplentes cada. A Chapa 1 reuniu setores petistas, além do PCdoB.

Com um voto a mais, o LutaFenajufe elegeria mais um diretor e constituiria dois dos três coordenadores-gerais.

Outras duas chapas disputaram o pleito e também elegeram números iguais de diretores entre elas: a Chapa 3, da corrente petista DS, e a Chapa 4 pela delegação de Goiás e parte da de Minas Gerais - ambas com três titulares e um suplente cada.

Empate e impasse

A eleição viveu uma situação matematicamente insolúvel: Havia 11 vagas a serem preenchidas pelas duas chapas. Após a Comissão Eleitoral expor o problema, alegar ser incapaz de apontar uma saída e delegá-la à soberania do plenário do congresso, veio a possível solução, não sem alguma polêmica: alterar o estatuto, ampliando excepcionalmente para esta



29.04.13 - Delegados ao 8º Congrejufe em votação

gestão o número de diretores, que passou de 17 efetivos e seis suplentes para 18 efetivos e seis suplentes.

Os que propunham o aumento provisório no número de membros na diretoria, que ao final saíram vencedores, lembravam que deixar as chapas 1 e 2 com menos um diretor, justo as que com um voto a mais fariam maioria na coordenação-geral, significava dar mais peso às outras duas chapas e desequilibrar o que expressaram as urnas. Além disso, havia quem observasse que mais um diretor seriam mais braços para as tarefas que o momento exige. Eliminar a vaga de um diretor seria o contrário.

Posse da direção

Depois de defesas a favor e contra, aprovou-se a direção com 18 diretores, proposta que recebeu 252 votos, mais de 50% do total de delegados inscritos, exigência para que se possa alterar o estatuto. A solução provocou outro cenário inédito na história da federação, que terá uma gestão com número par de diretores.

Já era madrugada do 1º de Maio, data histórica da classe trabalhadora, quando a servidora Lucia Bernardes, pela Comissão Eleitoral, deu então posse aos novos diretores, que assumem tendo os desafios de organizar as lutas que levem à recuperação do poder de compra da categoria e derrubem as ameaças que pairam sobre os direitos dos trabalhadores.

Congrejufe aprova oposição de esquerda ao governo Dilma Rousseff (PT)

Congresso também aprova apoio à luta dos trabalhadores europeus contra as medidas de austeridade que resultam em demissões e corte de benefícios

A Fenajufe assumirá uma oposição de esquerda ao governo Dilma Rousseff (PT) e à sua política econômica de ataque aos direitos dos trabalhadores. Essa foi a decisão do 8º Congrejufe no ponto de conjuntura nacional.

A decisão é uma rejeição aos sete anos de congelamento salarial imposto pelos governos do PT. Uma rejeição também à privatização da Previdência do serviço público, com o Funpresp, aprovado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

Crise econômica

A luta dos trabalhadores na Europa e no norte da África foi destacada por Ana Luiza Figueiredo,

ex-diretora da Fenajufe, como um exemplo a ser seguido. Ela explicou que o agravamento na crise econômica nos países centrais traz uma dinâmica de desaceleração, com “consequências nefastas com a miséria e desemprego em níveis absurdos”. “Aqui no Brasil, a greve que fizemos no ano passado enfrentou essa mesma política dos patrões e do governo”, afirmou ao defender o apoio às lutas dos trabalhadores de todo o mundo, o combate às políticas da Troika - na Europa -, contra as opressões racistas, machistas, xenofóbicas e homofóbicas e contra toda intervenção e guerras imperialistas no mundo.

“Reforma comprada tem que ser anulada”, decide 8º Congrejufe sobre a Previdência

A ampla maioria dos delegados acompanha posição defendida por dirigente LutaFenajufe e campanha ganha importante reforço

Outra decisão importante do congresso foi a de definir que a Fenajufe deve participar da campanha pela anulação da Reforma da Previdência. Aprovada em 2003, quando era operado o esquema do mensalão - julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) -, a reforma retirou direitos e abriu caminho para a privatização da Previdência dos servidores públicos.

“Desde 2003 lutamos para evitar esse ataque, agora é uma questão de honra que a Fenajufe entre na campanha pela anulação dessa reforma que foi aprovada com a compra de votos”, argumentou Tarcísio Fer-

reira, do Sintrajud-SP, em sua defesa ao plenário.

Ele denunciou “as alianças espúrias do governo Lula” na busca para construir maioria dentro do congresso nacional. Tarcísio também criticou a CUT por defender os condenados no Mensalão em vez de encampar a campanha pela anulação da reforma.

A ampla maioria dos quase 500 delegados acompanhou a posição defendida pelo dirigente paulista. Ao final da votação, grande parte do plenário entoava a palavra de ordem: “Reforma comprada tem que ser anulada”.

'A crise econômica reforça a necessidade e a relevância dos direitos sociais', afirma Souto Maior

Para refletir sobre a relevância da CLT, que completou 70 anos em maio, o *JJ* entrevistou o jurista, professor da USP e juiz trabalhista, Jorge Souto Maior

Por Caê Batista

Para refletir sobre os 70 anos da CLT, o *Jornal do Judiciário* entrevistou o jurista, juiz trabalhista e professor da faculdade de Direito da USP, Jorge Souto Maior. Para ele, crise econômica reforça a necessidade e a relevância dos direitos sociais e da legislação trabalhista, pois são "instrumentos jurídicos de crise econômica, isto é, tiveram a sua pertinência consagrada e reconhecida exatamente nos momentos de maior crise do capitalismo".

A ideia da entrevista surgiu das reflexões sobre os 70 anos da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) propostas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defende a sua flexibilização.

Na entrevista, realizada por e-mail, Souto não fala apenas da atualidade da CLT e do seu papel como "como instrumento de elevação da condição humana dos trabalhadores", mas também aborda o significado do Acordo Coletivo Especial e faz uma reflexão acerca da política de conciliação, tão presente nos tribunais trabalhistas nos dias atuais.

Jornal do Judiciário - A Confederação Nacional da Indústria (CNI) aproveitou o 1º de Maio para pedir uma reflexão sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). No site da entidade há um texto que explica quão "onerosa" é para um empresário a formalização de um trabalhador num cenário de economia globalizada. Como o senhor vê a atualidade da CLT?

Souto Maior - A CLT, na qualidade de instrumento originário da legislação trabalhista, não existe. A ideia de que a CLT foi a propulsora da legislação do trabalho no Brasil é uma ficção criada pela propaganda política de Getúlio Vargas, pois leis do trabalho já existiam em grande número antes de 1943 e mesmo antes de 1930. Não é irrelevante a atuação de Vargas, por certo, mas dizer que tudo se originou em 1930 é um grave erro histórico e mais ainda quando se tenta fazer crer que a origem de tudo foi a CLT. O problema é que posteriormente os opositores de Getúlio e da legislação trabalhista, oposição que, ademais, já havia desde os tempos em que se pretendeu acabar com a escravidão no Brasil, aproveitaram-se da própria propaganda getulista para vincular a legislação do trabalho à figura do ditador, que, segundo acusam, flertou com o fascismo. Assim, passou a ser um ataque corriqueiro, mesmo sem qualquer correspondência histórica, dizer que a legislação trabalhista no Brasil tem origem fascista, tendo sido criada por Getúlio em 1943, quando vigente o Estado Novo.

A legislação trabalhista, no entanto, antecede a Vargas e ao longo do tempo foi construída pelas mãos de muitos governos, principalmente dos opositores de Getúlio, não tendo sido, ademais, irrelevante a luta dos trabalhadores pela conquista de direitos.

A visão política e ideológica que

pende sobre a CLT, impede que se compreenda, ou mesmo que se tente compreender a importância da legislação trabalhista para o modelo de produção capitalista e o ataque quase sempre se complementa com a acusação do custo que os direitos trabalhistas representam para o empregador, custos estes que dificultam o sucesso econômico das empresas e causam prejuízos ao próprio trabalhador. Essa questão do custo esteve presente nos ataques à legislação do trabalho desde que as primeiras experiências legislativas no Brasil, ainda na Primeira República.

“uma sociedade que não é capaz de assegurar direitos fundamentais aos seus cidadãos e, em especial, aos trabalhadores, cuja atividade constitui a única fonte autêntica da riqueza produzida, deve ser reformulada na essência.”

A legislação trabalhista, de fato, custe o que custar, apresenta-se como essencial à preservação do próprio modelo de produção capitalista, atuando como instrumento de elevação da condição humana dos trabalhadores no contexto de um projeto mínimo de construção de justiça social.

Fora disso, sem a construção e o desenvolvimento de uma racionalidade efetivamente voltada à superação do capitalismo, é apenas barbárie, que alimenta a violência cotidiana, cada vez mais à mostra, vale notar.

JJ - Partiu do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a proposta de Acordo Coletivo Especial (ACE), que, se transformada em lei, permitirá a prevalência do negociado sobre o legislado. Caso tal proposta se torne lei, quais seriam as primeiras consequências para o conjunto dos trabalhadores?

SM - A primeira consequência seria exacerbar a concorrência entre os próprios trabalhadores, das diversas regiões do país, para atrair empresas sob o argumento da redução do custo do trabalho, promovendo o fenômeno de maior desajuste do modo de produção capitalista que é o "dumping social" numa perspectiva interna.

JJ - Ainda nesta hipótese, quais seriam os seus reflexos para a Justiça Trabalhista?

SM - Bom, para a Justiça do Trabalho caberá a tarefa de preservar a racionalidade principiológica do Direito do Trabalho, que constitui, ademais, a sua própria razão de ser, gerando, por consequência, a negação de qualquer desconsideração dos direitos trabalhistas pela via negocial, lembrando-se que do ponto de vista da teoria geral do Direito do Trabalho as normas legais constituem a base mínima de proteção dos trabalhadores, cabendo aos sindicatos, pela via negocial, em correspondência ao princípio da melhoria da condição social e econômica dos trabalhadores, ampliar o leque dessa proteção e não atuar em sentido contrário, sob a suposição de que o elevado custo dos direitos gera o desemprego, pois se essa proposição estivesse correta o Direito do Trabalho simplesmente não teria existido e o próprio modelo capitalista de produção não teria se estabilizado na segunda metade do século XX. Ao se questionar a viabilidade econômica da efetivação desses direitos, na verdade, não se põe em xeque a pertinência dos direitos trabalhistas, mas a própria sobrevivência do modelo de sociedade capitalista, pois uma sociedade que não é capaz de assegurar direitos fundamentais aos seus cidadãos e, em especial, aos trabalhadores, cuja atividade constitui a única fonte autêntica da riqueza produzida, deve ser reformulada na essência.

JJ - Desde a criação do CNJ, o Poder Judiciário tem incorporado uma série de políticas de produtividade, tendo as metas como seu carro chefe. Entre essas políticas está a conciliação, que afeta diretamente a Justiça do Trabalho. Dada a desigualdade

de social no Brasil, a política de conciliação não acaba sendo um instrumento de flexibilização de direitos trabalhistas?

SM - A conciliação virou a solução de todos os males do Judiciário. Mas, os males do Judiciário, pensada a questão a partir do grande número de demandas que lhe são apresentadas, não são próprios do Judiciário. São, em verdade, reflexos do grande desajuste social e no que se refere, especificamente, às relações de trabalho, ao enorme desrespeito que se estabeleceu, culturalmente, frente à legislação trabalhista. Conciliar para eliminar processos representa uma forma de legitimar o desrespeito deliberado e reiterado da lei o que, reflexivamente, volta-se contra o próprio interesse institucional, vez que essa política míope acaba sendo geradora de mais conflitos que vão desembocar no Judiciário.

Ao mesmo tempo, as metas, que representam a incorporação de um ideal capitalista, baseado em estratégias de produção, pensada sempre na perspectiva numérica, tende a suprimir o necessário cuidado com os valores humanos, seja do trabalhador, que leva sua angústia ao Judiciário, seja dos juízes e servidores, que passam a ser tratados, tal qual o operário reificado da produção fordista, como peças de uma engrenagem que, ademais, serve à produção de peças que são deslocadas de qualquer funcionalidade estrutural e estruturante.

JJ - Desde 2008, com a crise econômica, temos assistido direitos e garantias sociais serem reduzidos em países da Europa. Durante muitos anos, a Europa representou um "horizonte" a ser buscado no que toca os direitos sociais. O que muda neste cenário de crise econômica?

SM - Os direitos sociais europeus estão sob ataque, mas não estão em derrocada. Aliás, é a resistência popular quanto a essa derrocada que tem segurado um pouco a bancarrota do sistema, que é verificada, aliás, exatamente nos países em que os ataques à legislação trabalhista representaram efetivo retrocesso, como na Espanha, que desde o final dos anos 90 começou a "flexibilizar" os direitos dos trabalhadores.

É importante ter muito claro que a legislação trabalhista e a proteção social são instrumentos jurídicos de crise econômica, isto é, tiveram a sua pertinência consagrada e reconhecida exatamente nos momentos de maior crise do capitalismo.

À presidência do TST, Sintrajud reivindica mais recursos para assistência médica

Além do TST, sindicato teve audiência com secretário-geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Por Caê Batista

Na quarta-feira, 22 de maio, representantes do Sintrajud estiveram em Brasília buscando recursos para suplementação orçamentária da rubrica de assistência médica do TRT-2. Acompanharam os diretores da entidade Adão Sérgio e Tarcísio Ferreira os assessores César Lignelli (jurídico) e Washington Moura Lima (econômico).

Aconteceram duas reuniões: uma com o juiz auxiliar da presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes; outra, com o secretário-geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Orlando Tadeu de Alcântara.

Em ambas, os sindicalistas reforçaram a necessidade de suplementação orçamentária para aliviar a situação específica vivida pelos servidores da 2ª Região Trabalhista. Com o contrato assinado junto à NotreDame, os reajustes do plano médico, em alguns casos, chegam a 100%.

“Embora o TRT-2 seja o maior do país, historicamente [ele] vem sendo prejudicado em matéria de orçamento e de estrutura”, argumenta Tarcísio Ferreira. Para se ter uma ideia da desproporção, hoje o TRT-2 tem 18% de toda carga processual



15/05/13 - Paralisação de 24h na JT Barra Funda

do país, mas conta com apenas 12% dos servidores e magistrados.

Nas duas reuniões, os sindicalistas ainda destacaram o custo de vida em São Paulo, reconhecidamente um dos maiores do Brasil. Por isso, o reforço para que o tribunal e o conselho busquem incremento orçamentário para essa rubrica.

Sem contrapor os argumentos do Sintrajud, os magistrados reconheceram a situação, mas viram dificuldades em garantir suplementação orçamentária ainda em 2013. Mas eles se comprometeram a apreciar o pedido de su-

plementação orçamentária, protocolizado no ato da reunião, que se transformará num expediente administrativo no CSJT.

O secretário-geral deste órgão, Orlando Tadeu, afirmou que os órgãos do Judiciário estão se reunindo com o propósito de buscar antecipação, para 2014, da unificação dos valores de custeio de assistência médica, prevista para até 2015. Segundo disse, as conversas estariam acontecendo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para depois serem encaminhadas ao Ministério do Planejamento.

Nas reuniões foi demonstrada à administração da Justiça Trabalhista a situação vivida pelos servidores da 2ª Região, sendo cobrado um posicionamento com vistas a amenizar o impacto dos custos do plano de saúde sobre os servidores.

“Esse é um trabalho que deve ser sistemático e permanente, de modo que se alcance resultados concretos, inclusive mantendo o assunto na ordem do dia”, disse Tarcísio. O sindicato também pleiteou que fosse estabelecido um canal direto de interlocução com as administrações superiores.

Para prevenir o vírus H1N1, Sintrajud reivindica campanha de vacinação ao TRF-3

Sindicato também solicita informações aos demais tribunais

O Sintrajud está requerendo do TRF-3 a realização de uma campanha de vacinação para a prevenção do vírus H1N1. O pedido se justifica diante do número de falecimentos pelo contágio do vírus. Dos óbitos ocorridos em todo território nacional, 90% dos casos foram no estado de São Paulo.

O requerimento reivindica que o TRF-3 adquira, além das vacinas para a prevenção, o medicamento para o tratamento da doença: “É certo que a falta de medidas preventivas por parte desta Corte poderá contribuir com a propagação do Vírus entre os Trabalhadores e seus familiares, logo a urgência esta evidente no presente caso”, pon-

tua um trecho do documento.

A vacinação massiva dos trabalhadores do tribunal ajudará a prevenção da enfermidade, pois, reduzirá a circulação do vírus.

No requerimento, o Sintrajud ainda destaca que a campanha de vacinação não deve estar restrita a apenas um período do ano. “A divulgação deverá ocorrer durante todo o ano e não somente nos períodos de uma eventual campanha”, frisa o requerimento.

Sintrajud está também solicitando informações aos demais tribunais, que semanas atrás alegaram ter encontrado problemas no fornecimento de vacinas.

TRF-3 e Amil prorrogam contrato por dois meses, valor será reajustado em 26,65%

O atual contrato entre a Amil e o TRF-3 foi renovado, excepcionalmente, por dois meses. Essa é informação que o Pró-Social enviou a todos os servidores e magistrados em 22 de maio. O comunicado ainda informa que o plano de saúde sofrerá um reajuste de 26,65% a partir de 01 de junho. Os servidores arcarão com 10% do percentual e o TRF-3 com o 16,65%.

O anúncio aconteceu faltando uma semana para o pregão que celebrará um novo contrato de plano de saúde do TRF-3 e JF de 1ª instância. A categoria já estava preocupada com a possibilidade de ficar sem convênio médico, pois se não tivesse sido prorrogado, o atual contrato com a Amil venceria no final de maio.

O pregão de contratação – de nº 15 – estava previsto para acontecer em 29 de maio. Segundo informações a Amil e a NotreDame

disputam o contrato, que será de R\$ 500,00 per capita, aproximadamente. O TRF-3 e a JF vão contribuir com cerca de R\$ 105,00. As empresas estão no prazo de contestação e verificação de documentos. Já os planos de saúde do interior serão administrados pela Unimed, com valor per capita de, aproximadamente, R\$ 340,00.

Todos os reveses havidos para a celebração do novo contrato, que ainda não está fechado, indicavam que o valor per capita seria superior aos R\$ 300 da primeira licitação. A consequência mais imediata de um pesado reajuste poderá ser sobre os benefícios do Pró-Social, que é mantido pela mesma rubrica. Desde o começo dos debates em torno de um novo contrato de plano de saúde, o Sintrajud vem manifestando sua preocupação com um pesado reajuste e com a piora nos serviços oferecidos pelo Pró-Social.

Sintrajud inicia devolução do Imposto Sindical na segunda quinzena de junho

Decisão do CJF 3ª Região sobre Imposto Sindical de 2012 dificulta devolução de valores a servidores

Por Caê Batista

O Sintrajud começará a devolver os 60% do Imposto Sindical a partir de 18 de junho, a mesma data do ano passado. Os servidores da Justiça Federal e TRF-3 que não receberam até 25 de junho devem acessar o site do Sintrajud e atualizar os dados bancários junto à entidade. A verificação e a atualização dos dados estarão disponíveis no site a partir de 19 de junho.

Neste momento, o Sintrajud está trabalhando com as informações bancárias do ano passado. Caso você tenha mudado de banco, ou tenha alterado algum dado que impeça o depósito, a atualização será necessária, uma vez que o TRF-3 e a Justiça Federal não forneceram a relação das contas cor-

rentes dos servidores ao sindicato.

Em 2012, o Sintrajud solicitou às administrações locais, os dados bancários dos servidores (banco, nº da conta e agência). O sindicato também solicitou que a própria administração efetuasse a devolução do dinheiro. Os pedidos foram negados pela diretoria do foro e administração do TRF.

Em maio, o CJ manteve as decisões, negando os dois pedidos do Sintrajud, que poderiam agilizar a devolução do Imposto Sindical aos servidores.

“A despeito dos obstáculos colocados [pela administração e pelo CJ], o sindicato vem fazendo todo o possível para devolver os recursos aos servidores”, explica Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud. Ela ainda destaca a importância dos servidores se filiarem à enti-

dade, para garantir a estrutura necessária à organização da luta da categoria.

A novela se repete

Desde 2010, a JF desconta um dia de trabalho de todo servidor a título de imposto sindical, e o Sintrajud organiza um operativo para devolver a parte que lhe caberia da cobrança, 60%. Neste momento, funcionários do Sintrajud trabalham para atualizar e conferir os dados dos servidores, para devolver o dinheiro.

Dentro do Judiciário, os únicos servidores a sofrerem o confisco são os da JF. Mas desde que o Conselho da Justiça Federal impôs a cobrança - acatando um pedido da Confederação de Servidores Públicos do Brasil -, o Sintrajud devolve a parte que lhe caberia. Quando a cobrança foi instituída, o Sintrajud iniciou

uma campanha para revogá-la, incluindo ações judiciais, requerimentos administrativos e protestos em frente ao TRF-3.

Leia mais em www.sintrajud.org.br

⇒ Governo repassa R\$ 138 milhões do Imposto Sindical as centrais sindicais governistas
<http://goo.gl/9MwVp>

⇒ Ministério do Trabalho suspende norma que instituiu Imposto Sindical sobre servidores federais
<http://goo.gl/8bvtL>

⇒ Servidor vê manobra do governo para CUT, CTB e Força cobrarem imposto sindical este ano
<http://goo.gl/Q4dEX>

⇒ Para beneficiar “centrais sindicais amigas”, governo volta atrás, e Imposto Sindical será cobrado
<http://goo.gl/SncYD>

Oficial de Justiça é agredido ao cumprir mandado

Com 25 anos de profissão, servidor diz que está sempre exposto e critica a falta de retaguarda institucional

Atuando há 25 anos como oficial de justiça, ele não poderia prever que uma simples penhora se transformaria numa tarde de agressões físicas e verbais. Era 22 de abril, quando Valter Luiz Peluque foi cumprir um mandado de busca e apreensão num bairro de São Paulo.

Tocou a campanha, ninguém atendeu. Observou a garagem ao lado, contígua à residência, com alguns automóveis. Anotava as placas dos veículos quando ouviu, desde o outro lado da rua, uma mulher questionando o que ele estaria fazendo ali. “Ela começou a me xingar, dizia que iria me botar pra correr, quebrar a minha cara”, conta.

Naquela situação, o servidor público usou seu celular para tentar chamar a polícia. Mas foi novamente agredido, “ela deu um ‘tapão’ no aparelho”, relata. “Chegou um outro cara, começou a me dar safanões, me agredindo mesmo”, continua. Os agressores, segundo disse, não o deixavam chegar ao seu carro.

A situação durou uns 15 minutos, o suficiente para que o servidor público fosse agredido no rosto, costas e ombro, perdesse seu sapato, óculos e telefone celular. E o Ojaf só não foi mais agredido, pois um grupo de pessoas que passava

de carro naquela hora interveio e acabou ajudando. Valter conta que após chamarem a polícia, eles se dispuseram a testemunhar a seu favor. “Quando a polícia chegou, a mulher começou a xingar os policiais e foi algemada. O outro ‘carinha’ se afastou”, descreve.

Na delegacia, onde passou o resto da tarde e o início da noite, Valter contou com a companhia de um colega OJAF, que foi ao seu encontro para ajudar. E essa retaguarda foi a única solidariedade que teve. “O tribunal não dá uma retaguarda institucional, não quer nem saber, como se fosse um problema da sua pessoa”, critica.

Valter conhece outros casos de OJAFs agredidos, inclusive um “colega que foi trancado”, e diz que já teve que chamar a polícia várias vezes. “A gente tá sempre exposto, é sempre uma situação de conflito”, descreve, e completa: “Não é [só] o meu caso, isso pode acontecer com qualquer um, a qualquer momento. Tenho essa preocupação, embora na trabalhista seja um pouco mais leve”.

O Sintrajud, por seu Núcleo de Oficiais e por sua diretoria, definiu por garantir total apoio ao colega agredido e manifesta sua integral solidariedade.

Sintrajud oferece serviço de acolhimento a servidores vítimas de assédio moral

Além das doenças como LER e DORT, os casos de adoecimento mental têm crescido no Judiciário



Os casos de adoecimento no Judiciário Federal têm crescido. Além da LER e DORT, têm aumentado os casos de transtornos mentais e comportamentais, como episódios depressivos, transtornos ansiosos, transtorno afetivo bipolar, entre outros.

Essas doenças são problemas coletivos e podem estar intimamente relacionados com o processo de trabalho.

Por isso, o Sintrajud está oferecendo um serviço de acolhimento aos servidores vítimas de assédio

moral. A atuação contará também com ações voltadas para prevenção e para promoção de saúde na categoria, ciente de que para isso é fundamental colocar em debate o processo de trabalho.

Os plantões do psicólogo Daniel Luca acontecem segunda-feira e terça-feira nos seguintes horários: das 10h às 12h e das 14h às 16h. Pede-se que os servidores interessados agendem com antecedência pelo telefone 3222-5833; falar com Ana Maria, no jurídico.



Jornal do Judiciário



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira (licenciado), José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos / SP - CEP 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - Email: sintrajudsantos@uol.com.br

Subsede Barra Funda: Rua Joaquim Manoel de Macedo, 297 - s/ 92 - São Paulo / SP - CEP 01136-010 - Tel.: (11) 3392-3728 / 9163-6903 - Email: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalista: Carlos Eduardo Batista | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Roberto Gouveia | **Tiragem:** 13.000 exemplares

